



Disponível em  
<http://www.desafioonline.com.br/publicações>  
Desafio Online, Campo Grande, v. 1, n. 3, Set./Dez. 2013



**O PAPEL DA PLURIATIVIDADE NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA/RS**

**Cristiane Maria Tonetto Godoy<sup>1</sup>**  
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

**José Geraldo Wizniewsky**  
Universidade Federal de Santa Maria, UFSM  
Dr. Professor Associado

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Santa Maria/RS, Brasil.

## RESUMO

O agricultor familiar não desapareceu com a integração do capitalismo na agricultura, ao contrário, ele se recriou e adaptou-se estabelecendo “novas” formas de produção e reprodução social. O meio rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a ser um meio de diversificações de produções, e neste contexto a pluriatividade deve ser entendida como fenômeno que combina diferentes atividades agrícolas e não-agrícolas. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel e a presença de atividades pluriativas na agricultura familiar do município de Santa Rosa/RS, principalmente as agroindústrias familiares, como estratégias de diversificação para assegurar a reprodução social e econômica das famílias rurais, fortalecendo a agricultura familiar da região e conseqüentemente estimular o desenvolvimento rural. Os resultados encontrados pela pesquisa demonstram que a conciliação de atividades agrícolas e não-agrícolas nas famílias rurais é presente e significativa, trazendo autonomia a propriedade e fortalecendo a agricultura familiar, entre as atividades não-agrícolas mais utilizadas pelos agricultores estão as agroindústrias familiares. Conclui-se com a pesquisa que a pluriatividade no meio rural contribui para uma melhoria na qualidade de vida e na reprodução social da agricultura familiar do município.

**Palavras-chaves:** Pluriatividade, agricultura familiar, agroindústrias familiares, diversificação

## ABSTRACT

The family farmer has not disappeared with the integration of capitalism in agriculture, on the contrary, he has recreated and adapted to establishing "new" forms of social production and reproduction. The rural environment is no longer synonymous with agriculture and became a means of diversification of production, and in this context pluriactivity should be understood as a phenomenon that combines different agricultural activities and non-agricultural. This work aims to reflect on the role and presence of multi-functional activities in family farming in the municipality of Santa Rosa/RS, mainly agribusiness family as diversification strategies to ensure social and economic reproduction of rural households, strengthening of family agriculture region and thus stimulate rural development. The results found by the survey show that the reconciliation of agricultural activities and non-farm rural families and this is significant, bringing the property autonomy and strengthening the family farm, among the non-agricultural activities are most used by farmers agribusiness family. We conclude with research pluriactivity in rural areas contributes to a better quality of life and social reproduction of family farming in the municipality.

**Key Words:** Pluriactivity, small farmers, family agribusiness, diversification

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o início do desenvolvimento do capitalismo houve estudos e debates para guiar quais seriam os caminhos e/ou o destino do campesinato e da agricultura e quais seriam as futuras organizações e rumos que o camponês/ meio rural seguiria em relação à nova estrutura econômica e social que se estabelecia, ou seja, o urbano e as indústrias.

Os primeiros estudos rurais clássicos tinham como principal questão investigar quais as conseqüências da instauração da produção capitalista nas propriedades rurais e quais as estruturas de classes que desapareceriam, permaneceriam ou seriam criadas por essas relações econômicas.

Os estudos realizados por Lênin (1992) apresentavam como idéia central que o campesinato se desintegraria, isto é, o campesinato se subdividiria em dois eixos: de um lado o camponês rico, aquele que teria os meios de produção e, portanto, se enquadraria na classe burguesa; do outro lado, aquele camponês que não possuiria mais os meios de produção e que para sua sobrevivência venderia sua força de trabalho em troca de salário, enquadrando-se na classe do proletariado. Assim, haveria a diferenciação social, existiria a separação de classes em burguesia e proletariado, qualquer outra forma intermediária deixaria de existir, como exemplo a eliminação dos camponeses médios, haveria a intensificação dos extremos.

Para Kautsky (1990), o camponês feudal, aquele auto-suficiente, iria desaparecer, mas garante a existência de um camponês subordinado e num constante processo de desintegração e recriação. O autor ainda aponta a superioridade e a eficiência da grande exploração em relação à pequena propriedade. Porém, a pequena exploração seria necessária na manutenção do capitalismo e da indústria, a grande propriedade necessitaria da pequena propriedade para a sua exploração industrial, para o fornecimento de matérias-primas e como reserva de mão-de-obra para aqueles períodos que a grande exploração precisasse de assalariados. O trabalho acessório, citado pelo autor, já apontava trabalhos não-agrícolas nas propriedades e quanto mais à propriedade se dedicasse ao trabalho acessório, mais seria deixado de lado o trabalho agrícola, e que a atividade não-agrícola se tornaria a renda principal desta propriedade.

Entretanto apesar dos estudos rurais clássicos privilegiarem, quase que exclusivamente, os aspectos econômicos das relações sociais do campo deixando em segundo plano os aspectos sociais, não foram suficientes para interpretar as transformações dinâmicas e abrangentes do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e nas relações sociais. Neste sentido, não foi possível prever, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o fortalecimento e o predomínio da agricultura familiar, principalmente nos países

desenvolvidos, concentrando agora os debates em torno da persistência das propriedades rurais cujo trabalho está baseado na família.

Podemos afirmar que o agricultor familiar não desapareceu com a integração do capitalismo na agricultura, ao contrário, ele se recriou e adaptou-se estabelecendo “novas” formas de produção e reprodução social. A pluriatividade na propriedade é um exemplo da adaptação e estratégia dos agricultores familiares frente à nova ordem econômica existente. Desta forma, a agricultura familiar através de trabalhos agrícolas e não-agrícolas fortalece a reprodução social e econômica da família, promovendo o desenvolvimento rural.

O objetivo deste trabalho consiste em refletir sobre a presença da pluriatividade e o seu papel no meio rural do município de Santa Rosa/RS, contribuindo assim para o desenvolvimento rural, para a reprodução social e econômica e na qualidade de vida dos agricultores familiares da região.

## **2. UM BREVE RESGATE TEÓRICO ACERCA DA PLURIATIVIDADE E DA AGRICULTURA FAMILIAR**

A agricultura familiar não deve ser considerada como um termo novo ou uma nova classe rural, entretanto seu uso é recente, principalmente nos meios acadêmicos, nas políticas governamentais e movimentos sociais, adquirindo assim novos significados.

Em sua obra Chayanov (1974), analisa a organização da atividade econômica da agricultura familiar, como uma família que não contrata força de trabalho externa e que tem certa extensão de terra disponível, seus próprios meios de produção e que, às vezes, se vê obrigada a empregar parte da sua força de trabalho em atividades rurais não agrícolas. Para o autor, a lógica do campesinato é diferente da lógica da empresa capitalista, o agricultor familiar realiza o trabalho com o objetivo de satisfazer as necessidades da sua família, uma vez que estas necessidades estejam asseguradas, se atribui um valor cada vez menor para cada unidade adicional de trabalho, já a empresa capitalista maximiza as unidades adicionais visando o lucro.

Desta forma, a agricultura familiar não deve ser somente explicada pela lógica da economia mercantil, mas as escolhas são desenvolvidas pelas mais diferentes organizações sociais (ABRAMOWAY, 1999). A saída para os camponeses seria a formação de cooperativas capazes de estimular a modernização dessas produções familiares, produzindo em escala e a auto-suficiência da propriedade, vista pelo autor, como digna.

Wanderley (2000) tece algumas reflexões interessantes sobre a temática e a conceituação da agricultura familiar. Para a autora, a agricultura familiar não pode ser

entendida como uma nova classe ou uma nova categoria social, ou que o seu surgimento seja recente. Mas, no Brasil, esta conceituação assume ares de novidade e de renovação quanto ao seu significado e abrangência, principalmente nos meios acadêmicos e nas políticas públicas que passam a estimular a criação de tipologias baseadas na viabilidade econômica e social diferenciada.

De acordo com Schneider (1999), a emergência e consolidação da expressão agricultura familiar no Brasil, se dá quase que simultaneamente em duas esferas distintas: de um lado, a esfera política, a adoção da expressão pelos movimentos sociais, principalmente aqueles ligados à luta pela terra e a reforma agrária, e a intensificação das discussões sobre o espaço e o papel dos pequenos agricultores no desenvolvimento rural, constituindo uma nova identidade.

Neste sentido, como aponta Sacco Anjos (2009), foi fundamental a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como instrumento de crédito para as pequenas explorações que tinham como base do trabalho a força familiar. Do outro lado, a consolidação da expressão nos centros acadêmicos, especialmente nas Ciências Sociais. E é pela contribuição do trabalho de Abramoway (1992), que os estudos das Ciências Sociais redefinem seu objeto de estudo sociológico, sepultando os estudos sobre a dicotomia em torno do moderno/tradicional ou do capitalismo/campesinato, dos indivíduos que residem e trabalham no meio rural.

Para Veiga (1996), uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil está fundamentada na agricultura familiar, na sua expansão e no fortalecimento desta classe social. Para isso as políticas públicas, bem como o apoio do Estado, são necessários para combater as incertezas e instabilidades que existem no setor, garantindo assim preços reduzidos aos consumidores e qualidade de vida e o bem-estar dos agricultores familiares.

O processo da divisão social do trabalho não conseguiu homogeneizar totalmente o trabalho da propriedade rural, pois o agricultor não abandonou suas convicções sociais e continuou produzindo com a exploração da mão-de-obra familiar.

A presença das atividades agrícolas e não-agrícolas nas propriedades rurais não deve ser entendida como uma “nova” estratégia ou modelo utilizado pelas populações rurais. Devemos nos lembrar que os camponeses não eram somente produtores agrícolas, mas combinavam atividades não-agrícolas de bases artesanais dentro de suas propriedades, e que estas atividades envolviam a força de trabalho familiar.

De acordo com um dos primeiros estudiosos sobre pluriatividade, Fuller (1990), a noção de pluriatividade irá permitir analisar com maior precisão a forma com que o trabalho é

alocado pelas famílias nos diferentes tipos de atividades, e onde emergirão padrões individuais e coletivos da distribuição do trabalho rural. Descrevendo, dessa forma, uma unidade produtiva multidimensional, ou seja, as atividades agrícolas e não-agrícolas poderão estar alocadas no interior ou no exterior da propriedade, e estas atividades irão gerar diferentes tipos de remuneração.

A pluriatividade pode ser entendida como a interação das diversas atividades agrícolas e não-agrícolas que a família pode exercer dentro das possibilidades existentes na própria propriedade, bem como atividades fora da sua propriedade, criando um mercado amplo de trabalho, não somente as atividades agropecuárias serão priorizadas e realizadas. Entretanto, isto não significa que os agricultores familiares e suas propriedades deixarão as atividades agropecuárias para se dedicar exclusivamente as atividades não-agrícolas, a pluriatividade deve ser vista como uma estratégia para a melhoria de renda e qualidade de vida para a família.

Deve-se assumir que está incluído nesta estratégia: aposentadoria, atividades agrícolas, emprego em outros estabelecimentos (tais como: trabalho assalariado, empreitada, entre outros, alimentos e bebidas, agroindústrias, turismo, comércio, prestações de serviços e outros. (ALVES, 2002)

A pluriatividade deve ser considerada como mais uma estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar promovendo a diversificação na propriedade, possibilitando o fortalecimento da família através de novas atividades que podem produzir uma renda adicional ao agricultor e também reduzir a necessidade de aquisição de insumos e produtos. De acordo com Sacco dos Anjos (2003), a especialização da produção conduz o agricultor a uma instabilidade e dependência, entretanto quando este exerce simultaneamente múltiplas atividades isto permite ao agricultor certo grau de autonomia e a ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico.

A combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas na propriedade rural não deve ser vista apenas sob a ótica econômica, já que a presença de atividades pluriativas irá gerar potencialidades que fortalecem a agricultura familiar e a sua reprodução econômica e social. Dentre estas potencialidades podemos citar: elevação da renda da família; geração de empregos; reduzir o êxodo rural; estimular o desenvolvimento local e conseqüentemente propiciar o desenvolvimento rural; sustentabilidade ambiental; dentre outros.

Segundo Kageyama (1998), a pluriatividade pode ser entendida como a combinação de atividades, por indivíduos ou núcleos familiares, em diferentes setores, conseqüentemente em diferentes mercados. Portanto de acordo com Schneider et al. (2006), esta interação entre

as atividades agrícolas e não-agrícolas tendem a se tornarem mais intensas à medida que as relações entre os agricultores e o ambiente (social e econômico) fiquem mais complexos e diversificados. Por isto, que a pluriatividade se torna um fenômeno heterogêneo e diversificado, dependente das estratégias sociais e produtivas adotadas pela família e das características do contexto que se encontram inseridas.

A decisão da família ou dos membros familiares de adotar ou não serem pluriativos dependerá de várias variáveis exógenas, sociais, econômicas e ambientais, tais como: sexo, idade, hierarquia familiar, mercado de trabalho, mercado, infra-estrutura da propriedade, entre outros fatores. (CONTERATO ET AL., 2007)

Em estudos realizados por Kageyama (2001), apontam que a possibilidade da diversificação da produção e das fontes de renda é dada pela característica da economia local e da capacidade de se gerar mercados para os produtos e pelo trabalho oferecido pelas famílias. Sendo assim, devemos considerar que a pluriatividade dependerá em grande parte pela existência e capacidade do mercado em absorver os serviços e/ou os produtos oriundos das atividades não-agrícolas das propriedades, tornando-se esta articulação com o mercado de trabalho e consumidor um dos pontos chaves das famílias rurais pluriativas.

No entanto, deve-se esclarecer que o fato de haver um crescimento no número de pessoas e famílias rurais ocupadas em atividades não-agrícolas não significa que elas sejam pluriativas. A pluriatividade irá se caracterizar pela combinação de múltiplas inserções ocupacionais dos indivíduos que pertencem à mesma família, assim sendo irão combinar atividades agrícolas com as não-agrícolas. Necessariamente a pluriatividade refere-se a um fenômeno que combinará duas ou mais atividades, sendo que uma delas deverá ser a agropecuária. Ainda de acordo com o autor, os indivíduos pertencentes à família podem optar pela troca de ocupação deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar-se em tempo integral as atividades não-agrícolas e mesmo assim continuar residindo no meio rural. (SCHNEIDER, 2005; SCHNEIDER ET AL., 2006)

A pluriatividade deve ser entendida como uma forma de estratégia que foi resultado de escolhas e decisões realizadas pelos indivíduos de uma família perante as pressões econômicas e sociais que a agropecuária, principalmente a familiar, sofre diante da realidade a que foram impostos pelo mercado econômico existente. Como estratégia os agricultores familiares podem lançar mão de atividades pluriativas assegurando sua reprodução social e econômica, bem como o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural.

### 3.O PAPEL DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA PLURIATIVIDADE

A atividade agrícola tem como principal característica a instabilidade do mercado e produção e a dificuldade da diferenciação dos produtos que são comercializados na forma de *commodities*. Para garantir o lucro/renda o agricultor tem que conseguir uma produção elevada e a agricultura está sujeita a externalidades. De acordo com Andrioli (2008), a agricultura é uma atividade que depende totalmente da natureza. Depende das condições climáticas, da fertilidade do solo, da disponibilidade da água, enfim, depende que as condições sejam favoráveis para que exista produção, garantindo ao agricultor a retirada do próprio sustento e o da sua família, qualidade de vida, bem-estar e desenvolvimento econômico e social.

Como alternativa para as instabilidades das atividades agrícolas pode-se citar a pluriatividade da propriedade, ou seja, conciliar atividades agrícolas e não-agrícolas, proporcionando uma alternativa de renda para o agricultor, além de auxiliar no desenvolvimento rural e no fortalecimento da agricultura familiar.

Uma das primeiras conceituações sobre a agroindustrialização pode ser encontrada nas obras de Marx (1987), Kautsky (1980) e Lênin (1992), definindo a agroindústria rural como aquela atividade manufaturada realizada na unidade de produção camponesa.

Segundo Mior (2005), a agroindústria rural familiar é onde a família rural irá produzir, processar e transformar parte da sua produção, seja ela oriundo da produção agrícola e/ou pecuária, visando à produção de valor de troca. Esta industrialização dos produtos obtidos na propriedade não uma novidade para o agricultor, pois faz parte da sua cultura e da sua história. E ainda de acordo com o autor, as agroindústrias podem ser criadas para atender partes do mercado que a indústria não cobriu ou criar novos mercados.

A agroindústria familiar motiva a agregação de valor aos produtos excedentes dos quais muitas vezes não conseguiriam comercializar *in natura*, através de transformações semi-artesanais a artesanais, além do envolvimento de toda a família no processo da produção. Neste contexto, se dá também um maior o envolvimento dos jovens, mulheres e idosos na produção, o que proporciona uma alternativa social, ou seja, cria condições para que os jovens permaneçam no campo e a valorização do papel das mulheres e dos idosos.

Outra característica que pode ser apontada para a agroindústria familiar é que ela pode ser caracterizada pela verticalização da produção, isto é, os próprios proprietários dos empreendimentos é quem produzem e industrializam a matéria-prima.

Para Filho & Campos (2003), já constatava que no Censo Agropecuário 1995/96 um total de 18,3% das propriedades rurais familiares brasileiras já processavam para venda algum tipo de produto oriundo do meio rural, seja da atividade agrícola ou pecuária.

A agroindústria se torna mais uma ferramenta para suprir algumas necessidades de determinados atores, criando alternativas de emprego e renda para os agricultores familiares. (SCHNEIDER, 2005)

Outro fator apontado sobre as vantagens das agroindústrias familiares é sobre a aquisição da matéria-prima necessária, pois ela será produzida na própria propriedade, o que já reduz o valor do transporte, conseqüentemente os preços dos produtos podem chegar há um preço inferior ao dos concorrentes do mercado e da indústria. Aqui cabe fazer ressaltar outro ponto sobre os produtos da agricultura familiar, que quando estes produtos são comercializados em comércios locais e regionais insere-se nestes produtos uma identidade daquele território, ocorrendo assim uma valorização regional e posteriormente contribuindo para o desenvolvimento rural. (JUNIOR & TRENTIN, 2005)

Em estudos realizados por Ploeg (2008), este autor atribui à agroindústria uma autonomia da família, já que estas deixam de adquirir produtos do mercado e passam a produzir para o autoconsumo e para o próprio mercado. Construindo, portanto, a criação do valor agregado e do emprego produtivo. Sendo assim, os agricultores familiares diversificam a produção, adquirindo certa independência do mercado de *commodities*. A agroindústria familiar tem papel decisivo como um adicional na constituição da renda da propriedade familiar, estimulando o desenvolvimento rural<sup>2</sup>.

#### 4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE RURAL

O município de Santa Rosa/RS localiza-se a uma latitude de 27°52'15" Sul e a uma longitude 54°52'53" Oeste, estando a uma altitude de 277 metros. A área total do município é de 489,8 Km<sup>2</sup> e encontra-se a uma distância de 500 km da cidade de Porto Alegre/RS. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2009, a população estimada do município é de 66.059 habitantes, com uma densidade demográfica de 133,1 hab./ Km<sup>2</sup>. Desde total de habitantes, aproximadamente 87,7% residem na área urbana e 12,3% na área rural. (Fundação de Economia e Estatística– FEE, 2008). A região é

---

<sup>2</sup> Desenvolvimento rural está aqui com o conceito que se refere ao desenvolvimento que busca não somente há um crescimento na produção e na produtividade agrícola (denominado desenvolvimento agrícola), mas também a melhorias na renda, qualidade de vida e suas múltiplas dimensões, e no fortalecimento da agricultura familiar no país. (MIOR, s.d)

caracterizada por apresentar matriz produtiva baseada nos cultivos da soja<sup>3</sup>, milho, trigo e gado de leite e de corte.

A metodologia adotada para o estudo do diagnóstico rural do município de Santa Rosa/RS foi com base em metodologias com enfoque participativo e sistêmico utilizados pela extensão rural. Para este artigo será utilizado à primeira etapa da pesquisa que constava no levantamento a campo através de entrevistas semi-estruturadas com os agricultores familiares do município, procurando conhecer a realidade das famílias nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Cabe salientar, que o estudo sobre a realidade rural apresentado neste artigo está baseado nas informações coletadas através das entrevistas com os agricultores, portanto, representam as observações e declarações fornecidas pelos mesmos.

As propriedades escolhidas para o estudo foram aquelas que se enquadravam que apresentavam significativa presença de estabelecimentos de agricultura familiar<sup>4</sup>. O estudo foi realizado durante o segundo semestre de 2007 até o segundo semestre de 2009, num total de 264 propriedades rurais entrevistadas.

O trabalho de campo foi realizado através do agrupamento de localidades rurais como unidades de pesquisa, prevendo a possibilidade de realização do trabalho num horizonte temporal de dois anos e abrangendo localidades próximas e com características semelhantes, a fim de possibilitar a análise das entrevistas. A distribuição das localidades agrupadas como unidades de pesquisa e o número de agricultores pesquisados estão descritos na tabela 1, com o total de 264 propriedades entrevistadas.

Para este estudo foram consideradas como propriedades pluriativas aquelas que possuíam simultaneamente atividades agrícolas e não-agrícolas, descartando aquelas que somente possuíam atividades não-agrícolas, por não configurarem como propriedades pluriativas, ou seja, não conciliavam atividades agrícolas com não-agrícolas. Para a apresentação dos resultados obtidos optou-se por discutir as principais atividades não-agrícolas encontradas nas localidades, bem como a presença ou não de agroindústrias.

---

<sup>3</sup> Para o município a cultura da soja é muito importante, a cidade é conhecida por ser o Berço Nacional da Soja. Na cidade também acontece a feira nacional voltada ao agronegócio sobre a cultura, a FENASOJA.

<sup>4</sup> Foi considerado no estudo o agricultor familiar de acordo com a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que caracteriza a agricultura familiar aquele empreendedor familiar rural que pratica atividades no meio rural e que atenda simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha área maior que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades, tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento; dirija seu estabelecimento com sua família.

## 5. O “NOVO RURAL” ATRAVÉS DA PLURIATIVIDADE

O “novo rural” se apresenta como um meio do qual emergem novas atividades aliadas a “velha” produção agropecuária, buscando novos mercados e estratégias para assegurar a reprodução social e econômica da população rural.

A partir da análise dos dados podemos notar claramente a inserção e combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural, pois ela se manifesta em todas as localidades estudadas. Quer seja a presença de agroindústrias, aposentadoria, turismo rural, serviços gerais, entre outros, sem que por isso a família abandone as atividades agrícolas, caracterizando-as em famílias pluriativas. As agroindústrias familiares, nesta primeira análise serão consideradas aquelas propriedades que destinam a produção para a venda.

Na localidade de Candeia Baixa foram encontradas atividades não-agrícolas como: a produção de vassouras, prestação de serviços, presença de algum tipo de agroindustrialização de produtos caseiros e a aposentadoria. Aliás, a presença de renda da propriedade que vem da origem de aposentadoria equivale a 50% das propriedades visitadas, continuando também com a atividade agrícola.

Para a localidade Lajeado Ipê foram encontradas presenças das agroindústrias e do turismo rural, realizado em um balneário da localidade. Outras atividades não-agrícolas não foram encontradas. Na Linha 15 de Novembro, as agroindústrias se fazem presentes nas propriedades, não foram declaradas outras atividades pluriativas na localidade. Entretanto, a Linha 15 de Novembro apresenta um grande potencial para o turismo rural e a criação de balneários. A localidade apresenta um grande número de propriedades que se dedicam a criação de gado leiteiro e outros animais, recursos que poderiam ser aproveitados para o turismo rural e também para a venda de produtos processados neste empreendimento do turismo. A localidade também conta com a presença do Rio Amandaú/RS que entre outras características apresenta cascatas em sua extensão, locais rasos onde as pedras ficam amostras e outros locais com profundidade para a prática de natação, podendo ser aproveitado para o turismo rural e para os balneários. Além, da possibilidade da comercialização dos produtos caseiros e coloniais que são produzidos pelas famílias rurais.

Alguns relatos encontrados nas entrevistas já apontam que algumas propriedades já são visitadas pelos moradores urbanos de Santa Rosa/RS, mas não existe cobrança pela utilização deste recurso que poderia ser um adicional na renda destas famílias.

Já os resultados obtidos nas localidades Linha das Flores e na Linha Boa Vista demonstram a presença de atividades de agroindústrias familiares, a produção e comercialização de nata, produtos artesanais, prestação de serviço. Na Linha Manchinha e Lajeado Bonito na análise das entrevistas foram encontrados como atividades pluriativas a produção e comercialização de queijos, prestação de serviços, produção e comercialização de produtos a base de pêssegos e presença de agroindústrias familiares.

Para a Linha Tarumã foi observou-se a presença de agroindústrias familiares e a comercialização de melado e açúcar mascavo como diversificação das atividades nas propriedades. A análise das atividades existentes na Localidade Vila 7 de Setembro e Cascata, nota-se como diversificação a presença de empregadores, produtos artesanais, agroindústrias, comercialização e venda de amendoim e mel.

Nas localidades dos agrupamentos: 6. Linha Mirim, Linha Dr. Pedro de Toledo e Linha 13 de Maio; 9. Rincão dos Rocha, Rincão dos Rolim, Rincão dos Souza e Lajeado Paulino, foram encontrados como atividades pluriativas nas propriedades apenas a presença de agroindústrias e prestação de serviços. Considerando a presença de atividades pluriativas e a agroindústria familiar que destina a produção para a venda os agrupamentos das localidades: 1. Bela União, Lajeado Capim, Lajeado Assombrado, Anel Rodoviário e Lajeado Grande; 8. Pessegueiro e Lajeado Reginaldo, foram encontrados apenas como atividades pluriativas a criação alternativas de peixes, não foi declarado a presença de agroindústrias que produzem para venda.

Revisando todas as atividades não-agrícolas encontradas nas propriedades familiares a principal atividade citada pelos agricultores é a presença da agroindústria familiar como uma das fontes de renda da propriedade.

Quando analisamos os dados da tabela 2 sobre a participação das atividades pluriativas na renda das propriedades, podemos notar que as rendas principais ainda se originam das atividades agrícolas, tais como: soja e leite, entretanto, as agroindústrias têm um papel importante na complementação da renda dos agricultores familiares, variando de 10% a 20% da renda principal.

Esta informação é importante porque ela demonstra a capacidade das atividades agrícolas e não-agrícolas em melhorar a renda da família. As propriedades familiares pluriativas conseguem garantir melhor sua reprodução social e econômica em forma de estratégia combinando os diversos recursos existentes dentro e fora da propriedade, do que se especializar em apenas um tipo de produção, neste caso agrícola (*in natura/commodities*). Se

Porém, se observarmos ainda a tabela 2, notaremos que as algumas localidades apresentam zero de participação das agroindústrias familiares na formação da renda. Lembrando que este percentual é sobre o beneficiamento de produtos destinados a venda e não para o consumo da família.

Entretanto, ao compararmos os dados apresentados na tabela 3, que considera os agricultores que praticam algum tipo de agroindustrialização na sua propriedade, tanto para consumo da família quanto para venda, observa-se que todas as localidades apresentam agroindustrialização.

No caso da localidade de Candeia Baixa 76,5% dos agricultores praticam algum tipo de agroindustrialização, seja para consumo próprio ou para venda. Voltando a tabela 2 e comparando com os valores aonde a principal fonte de renda das propriedades vem da agroindústria, teremos nesta o valor de 10%. Assim, 66,5% das propriedades poderiam utilizar seu potencial do beneficiamento de produtos para conciliar com as atividades agrícolas da propriedade, tornando-as pluriativas. Cabe então aos órgãos responsáveis como Prefeitura, assistência técnica, políticas públicas e cooperativas estudarem meios, para que este potencial seja impulsionado e contribua para a renda dos agricultores familiares, bem como para a melhoria na qualidade de vida, no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento rural.

## 5. CONCLUSÃO

Conclui-se a partir do diagnóstico da realidade rural do município de Santa Rosa/RS, que a presença da conciliação das atividades não-agrícolas e agrícolas é significativa e existente no meio rural, revelando-se com uma estratégia das famílias rurais frente ao mercado atual. Contrariando aos primeiros estudos clássicos que apontavam sobre a instauração do capitalismo na agricultura e a tendência a homogeneização e extinção do camponês, a agricultura familiar sobreviveu e estabeleceu estratégias de diversificação de produção/renda tanto dentro e/ou fora da propriedade rural.

Os resultados demonstram que a pluriatividade deve ser vista como uma estratégia para aumentar a renda, melhor a qualidade de vida e também permite uma maior segurança às famílias porque reduz a vulnerabilidade de riscos que podem ocorrer nas atividades agrícolas (autonomia), fortalecendo a agricultura familiar.

E nesta nova realidade rural, da pluriatividade, a agroindústria familiar encontra-se como uma das estratégias mais utilizadas pelos agricultores familiares. As agroindústrias

familiares não são apenas importantes para diversificar a produção para garantir uma renda ao agricultor, mas também por tornar a propriedade mais eficiente em termos produtivos, econômicos e ambientais, pois não há muitos desperdícios de matéria-prima. Contribuindo também para a redução do êxodo rural e no reconhecimento do território.

È necessário que haja por parte dos órgãos responsáveis um estímulo para a implementação de atividades não-agrícolas nas propriedades. No caso das agroindústrias familiares é importante que se promova cursos, assistência técnica e políticas públicas para incentivar esta atividade, que diversifica a produção e ajuda a melhorar a renda do agricultor.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1, Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs, 1992.

ALVES, M. O. Pluriatividade no sertão nordestino: uma estratégia de sobrevivência- O caso do município de Tejuçuoca, estado do Ceará. **Revista Raízes**, v.21, n.1, jan-jun/2002.

ANDRIOLI, A. I. Agricultura familiar e sustentabilidade ambiental. **Revista Espaço Acadêmico**, n° 89, outubro de 2008.

CHAYANOV, A. **La organización de La unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONTERATO, M. A; SILVA, C. B. C; KOPPE, L. R. Pluriatividade e qualidade de vida dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul. **Anais: XLV CONGRESSO DA SOBER**, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia. Londrina/PR, 22 a 25 de Julho de 2007.

FILHO, J.F.F.; CAMPOS, F. R. A indústria rural no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 41, 4: 859-880, 2003.

FULLER, A. From Part-time to Pluriactivity: a decade of Change in Rural Europe. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, p. 361-373. 1990.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_municipios.php?letra=S](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios.php?letra=S)>. Acesso em: 06 mar. 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 04 mar. 2010

JUNIOR, V. J. W; TRENTIN, I. C. L. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES. **Anais: XLII CONGRESSO DA SOBER** “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005.

LÊNIN, V. I. 1992. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**. v. 2 n.3, p.515-551, 1998.

\_\_\_\_\_. Determinantes das condições socioeconômicas dos domicílios agrícolas no Brasil. **Relatório de Pesquisa**, Campinas, 2001.

KAUTSKY, K. 1980. A questão agrária. Porto: Proposta Editorial.

MARX, K. 1987. O capital. São Paulo: Editora Bertrand Brasil.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

PLOEG, J.D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SACCO ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. 1999. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 1999.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. **Cadernos do Ceam, UnB**. v. 5, n° 17, p. 23-41, 2005.

\_\_\_\_\_. **O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural**. Em: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Textos para discussão, Brasília/DF, 2005.

SCHNEIDER et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 137-165, 2006.

VEIGA, J.E. Agricultura familiar e sustentabilidade. In: **Cadernos de Ciências e Tecnologia**. Brasília: Embrapa. V. 13; n. 3; p. 383-399, 1996.

WANDERLEY, M.N.B. A emergência de uma nova nas sociedades modernas avançadas- o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos da Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, out. 2000.